

Implicações da internacionalização da educação nos currículos da Educação Básica brasileira – algumas notas.

*Juares da Silva Thiesen – Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Instituto de Educação da Universidade do Minho
Juares.thiesen@ufsc.br*

Introdução

O texto que organizei para esta mesa intitulada *Currículo, Internacionalização e Educação Inclusiva* inscreve-se no conjunto de trabalhos da pesquisa que desenvolvo no estágio Pós-Doutoral na Universidade do Minho, sob a supervisão do Professor José Augusto Pacheco e que tem como objetivo analisar os impactos da internacionalização curricular na Educação Superior sobre os currículos da Educação Básica, particularmente nos contextos de Brasil e Portugal.

Ao longo desses primeiros seis meses de investigação ocupei-me da tarefa de conhecer, compreender e analisar, no âmbito da política curricular brasileira, elementos discursivos que sugerem aproximação ou alinhamento desse nível de ensino com as demandas, requerimentos e expectativas dos movimentos pela internacionalização da educação e do currículo. As fontes de pesquisa incluem textos oficiais das políticas de currículo para a Educação Básica brasileira produzidos a partir de 2010, trabalhos de pesquisa que analisam a problemática da internacionalização da educação e do currículo, além de documentos de organismos multilaterais e da iniciativa privada que abordam esses mesmos movimentos.

Como desdobramento da pesquisa mais ampla, realizei, até agora, um conjunto de atividades específicas as quais permitiram constatar algumas evidências que destacarei ao longo do texto. O primeiro exercício investigativo foi reunir parte da produção científica que trata sobre internacionalização da educação e do currículo, especialmente a que analisa a presença da Educação Básica. O objetivo foi identificar a produção existente e nela, principais conceitos e contextos.

A tarefa relevou, dentre outros aspectos, que há uma vasta produção teórica que analisa a problemática da internacionalização da Educação Superior (*Higher Education*),

inclusive com significativa participação de pesquisadores brasileiros a exemplo de trabalhos como os de Aguiar (2009); Morosini (2006, 2011, 2014), Nogueira (2008), Akkari (2011) e Luna (2016), e que essa produção, todavia, não discute os movimentos no âmbito da Educação Básica. No Brasil, particularmente, não há pesquisas que aprofundem este recorte, com exceção de algumas investigações produzidas em contextos de formação *stricto sensu* as quais abordam tangencialmente a problemática, a exemplo do que fizeram Sevilha (2014), Aguiar (2007) e Souza (2016). A constatação parece indicar o que ocorre também em outros países, como bem apontam Wang e Ho (2012) quando afirmam que: “*While much has been written about internationalization in higher education, very little research has been carried out on primary schooling*”.

No que se refere ao aprofundamento conceitual relacionado com o tema da internacionalização da educação e do currículo, os trabalhos, em geral, recorrem à definições produzidas por autores em escala supranacional, dentre os quais estão: Knight (2004, 2008, 2012), De Wit (2011, 2013), Leask (2015), Altbach (2006, 2007), Teichler (2004), Beelen e Jones (2015). As definições que frequentemente aparecem nos textos estão relacionadas com ideias ou noções de internacionalização da educação, internacionalização do currículo, internacionalização em casa ou no exterior (*at home or abroad*), internacionalização passiva e ativa, cooperação internacional, internacionalização das universidades, estudos internacionais¹, dentre outros no mesmo contexto. Verifica-se, no entanto, não haver qualquer exercício de formulação de conceito(s) para internacionalização da/na Educação Básica, embora haja evidências objetivas sobre a presença desse projeto global nesse nível de ensino, inclusive no Brasil.

Ainda no âmbito conceitual, outros aspectos mostram-se bem marcados, sugerindo inclusive haver relativo consenso entre os pesquisadores. Do ponto de vista do que a internacionalização representa enquanto perspectivas de futuro em termos sociais e de formação singular dos sujeitos, por exemplo, os movimentos são compreendidos como processos em escala global que se movem na direção de horizontes distintos, embora não necessariamente distantes ou isolados. Notadamente, há uma perspectiva que vem sendo estimulada e orientada desde uma motivação de natureza econômica tendo em vista o enorme potencial de mercado que a educação atualmente representa. Nesse sentido, a internacionalização da educação apresenta-se como estratégia de desenvolvimento científico, tecnológico e, portanto, de aperfeiçoamento dos processos de globalização em curso.

¹ Algum detalhamento sobre essa composição conceitual pode ser encontrada em THIESEN (2017)

Apresenta-se também como alternativa de formação humana orientada na direção da aquisição ou ampliação de competências globais e interculturais, ou ainda na formação dos chamados cidadãos cosmopolitas.

Outra motivação, claramente associada à concepção anterior em termos de expectativa teleológica, se expressa no empoderamento que vem sendo atribuído pelos Estados-nação, sobretudo os considerados centrais, às chamadas redes políticas transnacionais, cujos discursos rapidamente se hegemonomizam e, por isso, passam a exercer forte influência sobre os sistemas de educação, especialmente dos países periféricos, dentre os quais está o Brasil. Nesse horizonte de escala transnacional, hegemonomiza-se um discurso educacional global e um discurso acadêmico global (Bech, 2012) que, apropriando-se de forte posição política e chancelados por Estados-nação também politicamente fortes, se autorizam a formular e recomendar protocolos para sistemas de ensino e instituições, de modo que estes integrem-se ao mundo globalizado da educação pela via da internacionalizando de seus currículos. São discursos que, em geral, servem de base epistêmica e política para o reforçamento das racionalidades que sustentam modelo socioeconômico vigente.

Uma terceira ideia/noção relativa ao movimento tem motivação nas expectativas que ele representa em termos de possibilidade de ampliação das oportunidades de qualificação da formação acadêmica e de trocas culturais em escala internacional. Neste âmbito, os estudos apresentam a internacionalização da educação e do currículo como caminhos ou alternativas para aprofundar as relações interculturais, sociais e educacionais em contextos internacionais e transnacionais. Movimentos que se efetivam por atividades educacionais domésticas e/ou fronteiriças, individuais e/ou institucionais, geralmente envolvendo mobilidades humanas, conteúdos curriculares centrados em competências internacionais e interculturais, compartilhamento de conhecimentos e diferentes formas de cooperação acadêmica especialmente nos âmbitos do ensino e da pesquisa (THIESEN, 2017).

Pesquisadores filiados à abordagem acadêmico-cultural da internacionalização do currículo² são enfáticos na afirmação que internacionalização não pode ser sinônimo de universalismos ou isomorfismo curricular. Pelo contrário, as trocas acadêmicas e culturais produzidas em contextos de experiências internacionais devem contribuir para o fortalecimento da diversidade, das singularidades e das diferenças, de modo que o global se interconecte com o local e vice-versa, que os conhecimentos e saberes plurais preponderem

² Pinar (2007, 2009), Benhabib (2006).

sobre os padronizados e que as relações institucionais se produzam na horizontalidade, de modo que se estabeleçam compromissos mais de cooperação do que de competição.

No que se refere aos contextos nos quais as iniciativas de internacionalização são mobilizadas, reafirmo na pesquisa o que outros pesquisadores vêm constatando, isto é, mostro o protagonismo das organizações transnacionais que integram as chamadas novas redes políticas em escala global, especialmente instituições como a OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO, as quais, chanceladas pelos sistemas de governança estatal, vêm dedicando-se a produzir documentos e eventos com discursos indutores e, inclusive, com recomendações aos Estados-nação e seus respectivos sistemas de ensino sobre como integrar-se ao universo global da internacionalização.

Nesse mesmo contexto destacam-se ações de duas outras agências: um conjunto de grandes universidades que aparecem no cenário do globalismo educacional como melhores exemplos de internacionalização tanto pelo que fazem quanto pelo modo como criam e implementam estratégias de ampliação de espaços, projetos e oportunidades; e um conjunto de instituições privadas que passam a oferecer assessorias e/ou consultorias para sistemas de ensino, a exemplo do que fazem no Brasil atualmente a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna³. Em geral, são instituições de reproduzem os discursos dos organismos multilaterais e outros de mesma tonalidade, agregando elementos que interconectam o global ao local.

Sobre as estratégias do movimento

Um segundo exercício de pesquisa, teve o propósito de identificar as estratégias que sistemas educacionais e instituições de educação têm adotado para alinharem-se aos movimentos da internacionalização da educação e do currículo. Como fiz referência, são investigações que identificam e analisam as estratégias mobilizadas no âmbito da Educação Superior - material de pesquisa que utilizo para explorar o que vem ocorrendo na Educação Básica brasileira, dada a constatação que as racionalidades assumidas pelos formuladores da política, sobretudo em escalas global ou regionais são similares, tanto na Educação Superior

³ Recentemente as citadas fundações atuaram como co-formuladoras do texto da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Sobre este aspecto sugere-se o texto *A quem interessa a BNCC?* Antunes (2017)

quanto na Básica, especialmente no que se refere às estratégias educacionais para alcance de finalidades sociais mais amplas. (THIESEN, 2017).

De fato, é amplo o rol de alternativas ou estratégias que estados e instituições vêm elaborando e/ou implementando nessa direção, lista essa que demandaria maior espaço para explicitações e detalhamentos. Por essa razão, destaco aqui, sumariamente, algumas das quais a pesquisa vem apontando como as mais intensivamente adotadas, sobretudo pelo Estado brasileiro e pelas Instituições de Educação Superior - iniciativas que, adequando-se às especificidades da Educação Básica, já alcançam seus territórios curriculares.

Os programas de mobilidade estudantil e de docentes, seguramente figuram como principal estratégia de Estados e instituições para ampliar seus níveis de participação nos *rankings* da internacionalização. No Brasil, o Programa Ciência sem Fronteiras, constitui, sem dúvida, o melhor exemplo. Em escala global os números da mobilidade crescem exponencialmente conforme mostram pesquisas feitas por Knight (2014), Castro e Neto (2012), Kemal (2008), dentre outros. Os mapas da mobilidade, além de evidenciar a velocidade dos movimentos, mostram também como os países periféricos cumprem bem o papel de colaboradores passivos, na medida em que exportam muito mais estudantes e professores para países centrais do que deles recebem.

No âmbito da Educação Básica brasileira, a mobilidade de estudantes se expressa pelos acordos de intercâmbio envolvendo o Ensino Médio em projetos que estimulam tanto migrações internas quanto a realização de experiências de curta duração no exterior, espaço que, inclusive, vem despertando interesse da iniciativa privada que vê na mobilidade juvenil uma possibilidade de exploração econômica. A mobilidade de professores, por sua vez, ocorre timidamente por via dos programas que a chamada Nova Capes vem oferecendo para formação, como é o caso do Programa Licenciaturas Internacionais e os de formação continuada por área específica de conhecimento em parcerias com outros países.

As iniciativas de (re)formulação da política curricular oficial para a Educação Básica brasileira intensificadas pelo MEC a partir de 2010 por via da produção de textos e demais orientações curriculares para todas as etapas e modalidades deste nível de ensino, figura, dentre outras finalidades, como estratégia de aproximação e alinhamento às demandas e requerimentos da internacionalização. As evidências que sustentam a afirmação aparecem pela ocorrência de várias marcações discursivas nos próprios textos, conforme demonstrado

em trabalho anterior no qual identifique e analise a relação de aproximação entre os textos da política curricular oficial e as demandas e requerimentos da internacionalização.

Em síntese, o trabalho empírico mostrou que as indicações aparecem relacionadas às questões da agenda estruturada para a educação (DALE, 2004) em contextos de internacionalização traduzidas em discursos como: i) reconhecimento da existência de contextos, demandas e expectativas internacionais, ii) preocupação com efeitos e implicações das exigências internacionais, iii) expectativas em relação às demandas especialmente no que se refere a resultados educacionais, iv) garantia de direitos em relação aos compromissos firmados em acordos, pactos e/ou convenções internacionais, v) inclusão de conteúdos curriculares que atendam aos requerimentos e padrões internacionais e, vi) busca por acesso e participação nas redes e projetos sociais que circulem em escala internacional ou transnacional. (THIESEN, 2017)

Outro indicativo que pode ser entendido como estratégia de aproximação do sistema educacional brasileiro às demandas e requerimentos da internacionalização se evidencia no acatamento e adoção, pelo Estado, de mecanismos de avaliação externa em larga escala para a Educação Básica, notadamente a criação de um sistema próprio de avaliação – o SAEB, desdobrado em vários instrumentos a exemplo da Prova Brasil, do ENEM, da ANA etc. Nesse âmbito o PISA, em razão das expectativas dos chamados *standards* internacionais, passa a assumir instrumento matricial de orientação tanto na formulação e implantação dos procedimentos de mensuração de resultados de aprendizagem escolar quanto na indução sobre o que deve conter os currículos em termos de conhecimentos e competências.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - INEP, órgão subordinado ao Ministério da Educação do Brasil, explicita essa relação quando afirma que a definição de uma meta nacional para o Ideb em 6,0 significa dizer que, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o país deve atingir em 2021 o nível de qualidade educacional médio dos países membros da OCDE observado atualmente, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação). Essa comparação internacional foi possível devido à compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no Pisa e no Saeb. (INEP, 2017)

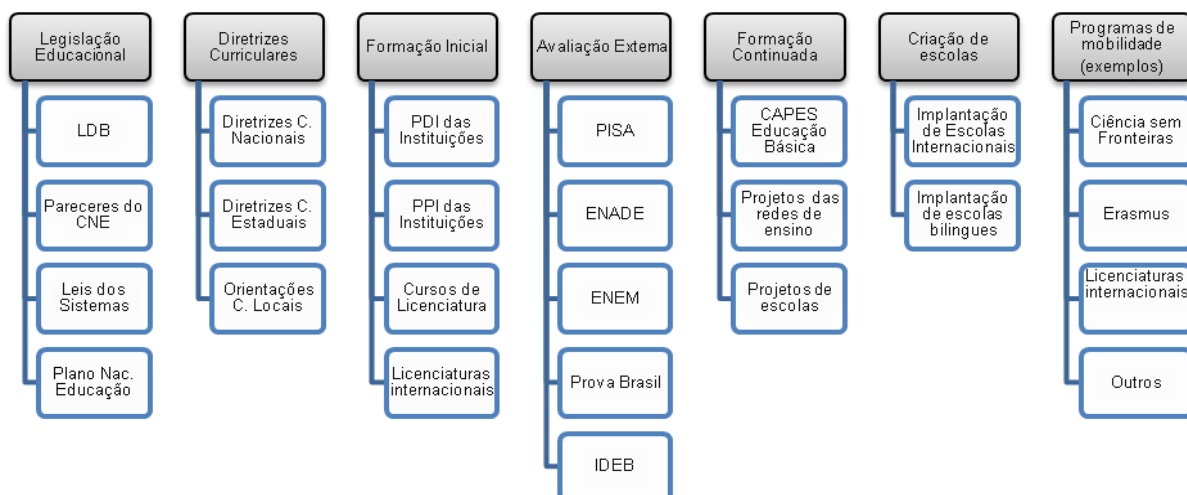
Avalio que opção, na política curricular brasileira, por perseguir indicadores de rendimento induzidos por padrões internacionais, constitui estratégia de risco, na medida que estimula deslocamentos de finalidades na formação na escola pública, que aos poucos vai desviando-se do horizonte de uma formação mais ampla e, portanto, pretensamente mais

integral, para trajetórias escolares que privilegiem aquisição de competências – em geral mais instrumentais. Exemplos ilustrativos, neste momento no Brasil, são respectivamente: a Reforma do Ensino Médio e a recente aprovação do texto Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Ambas assumem a lógica das competências como base para a formação e foram orientadas por consultores viajantes incumbidos que são pela difusão da internacionalização de matriz racionalista-universalista.

Associadas às estratégias que listei, aparecem outras de menor impacto, como é, por exemplo, o exponencial crescimento do número de escolas internacionais criadas pela iniciativa privada com argumentos sedutores que incluem o oferecimento do chamado *International Baccalaureate* (Bacharelado Internacional), currículos com disciplinas e conteúdos que atendem aos requerimentos internacionais, tecnologia e inovação nos processos pedagógicos e profissionais treinados em contextos de internacionalização.

Na figura a seguir, indico espaços e ações oficiais da política educacional brasileira de algum modo associados ao alinhamento das proposições curriculares para a Educação Básica com as demandas da internacionalização.

Figura 1. Ações oficiais alinhadas, em alguma medida, às demandas da internacionalização da educação e do currículo.



Fonte: elaboração do autor

A pesquisa segue seu curso

As notas que destaquei no texto são evidências, ainda parciais, que a pesquisa em curso vai apontando, mas que já nos dão pistas de como e com que intensidade a educação pública brasileira alinha-se aos movimentos da internacionalização, lançando mão de um conjunto de ações que incluem desde a formulação de textos de política curricular com marcas discretamente sugestivas de aproximação, até programas explicitamente implantados com este propósito.

Um aspecto que mereceu verificação neste quadro de relação tem a ver com o nível de atenção que tem sido dispensado pelo Estado brasileiro aos professores que atuam na Educação Básica visando sua qualificação para a docência em contextos de internacionalização. Até onde alcança a exploração empírica sobre este recorte da problemática, os dados permitem afirmar que essa opção política não tem sido acompanhada por investimentos em formação de professores. Ou seja, o Brasil sinaliza acompanhar as tendências de uma educação que se globaliza pela internacionalização, ajustando seu sistema de ensino aos requerimentos do movimento, mas não investe na qualificação profissional de seus professores.

Este quadro paradoxal aparece revelado quando se mapeiam os programas que o Ministério da Educação tem oferecido com este propósito para docentes de Educação Básica. Com exceção das limitadas oportunidades que a Capes oferece via editais, nenhum outro projeto com amplitude significativa em nível nacional vem sendo pensado ou proposto. Resta-nos deduzir que as únicas opções de qualificação docente para atuação em contextos de internacionalização, são as propostas de formação oferecidas aos professores que atuam nas chamadas escolas internacionais e a adesão das escolas e/ou sistemas de ensino aos pacotes educativos de empresas que incluem formação continuada de professores – um quadro claramente crítico.

Referências

- AGUIAR, A. M. S. O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias. Socialmente favorecidas. UFMG: (Tese de doutoramento), 2007.
- AGUIAR, A. M. S.. Estratégias educativas de internacionalização: uma revisão da literatura sociológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 067-079, jan./abr. 2009.
- AKKARI, A. Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

- ALTBACH, P. G. e KNIGHT, J. The internationalization of higher education: motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, 11 (3/4), 290-305, 2007
- ALTBACH, P. G. Globalization and the university: Realities in an unequal world. J.J.F. Forest and P.G. Altbach (eds.), *International Handbook of Higher Education*, v. 1. Dordrecht, The Netherlands, Springer. 121-140. 2006.
- ANTUNES, A. A quem interessa a BNCC? EPSJV, Fiocruz, Publicado em Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio em 23/11/2017: Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.
- BEECH, J. Quem está passeando pelo jardim Global? Agências educacionais e transferência educacional. In: Educação comparada: panorama internacional e perspectivas. COWEN, R; KAZAMIAS, A. M. e ULTERHALTER, E. (Orgs). Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.
- BEELEN J. e JONES E.. Redefining internationalization at home. In: *The European Higher Education Area: Between Critical Reflections and Future Policies*. Springer Open Cham: Springer, 2015.
- BENHABIB, S. *Another cosmopolitanism*. Oxford Press, 2006.
- CASTRO, A. A. e NETO ANTONIO. C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, n. 21, 2012.
- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação? *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 423-460, mai/ago, 2004.
- DE WIT, H. Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions. *International Higher Education*, n. 64, Summer, 2011. p. 6-7.
- DE WIT, H. Reconsidering the Concept of Internationalization. In: *International Higher Education*. Boston. December, 2013.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-e-o-ideb>. Acesso em 15 de Janeiro de 2018.
- KEMAL G. *Higher education and international student mobility in the global knowledge. economy/ Kemal Guruz*. State University of New York Press, 2008.
- KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: complexities and realities. In: TERREFA, D; KNIGHT, J. *Higher education in Africa: the international dimension*. Massachusetts, USA: Boston College, 2008.
- KNIGHT, J. *International Education Hubs: Student, Talent, Knowledge Innovation Models*. New York: Springer Press. 2014
- KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 5 - 31, 2004.
- KNIGHT, J. Student mobility and internationalization: trends and tribulations. *Research in Comparative & International Education*, v. 7. n. 1, 2012.
- LEASK, B. *Internationalizing the curriculum*. New York: Routledge, 2015.
- LUNA, J. M. F. *Internacionalização do currículo: Educação, interculturalidade e cidadania global*. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. *Educar*, n. 28, pp. 107-124, 2006.
- MOROSINI, M. C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.27, n.01, p.93-112, abr. 2011.

- MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Avaliação*, v. 19, n. 2, 2014.
- NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. S. e RAMOS, V. C. C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências Escolares. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-376, maio/ago, 2008.
- PINAR, W. Multiculturalismo malicioso. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, p. 149-168, jul./dez. 2009.
- PINAR, W. F. *O que é a teoria curricular?* Lisboa: Porto Editora, 2007.
- SEVILHA, G. B. A internacionalização do ensino básico, suas motivações. Universidade de São Paulo: Departamento de Ciência Política, (Dissertação de Mestrado), 2014. 79 p.
- SOUZA, M. G. O. Processo de Internacionalização Promovido pela Capes na Formação de Professores da Educação Básica. Porto Alegre: URGs, (Dissertação de Mestrado), 2016.
- TEICHLER, U. The changing debate on internationalization of higher education. *Higher Education*, n.48, p 5-46, 2004.
- THIESEN, J. S. Internacionalização dos currículos na Educação Básica: concepções e contextos. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.15, n.4, p. 991-1017 out./dez. 2017.
- WANG, Li-Ping e HO, Hsuan-Fu. Internationalization versus Localization The Case of Primary Education in Taiwan. *International Education Studies*; v. 5, n. 4, 2012.